

# Sidnei Prestes: A fidelidade política que muda conforme a conveniência

■ Página 3

# Tribuna Popular

Foz do Iguaçu, 15 a 21 de setembro de 2026 | Edição 445 | Ano XII | R\$ 3,00



## PT DE FOZ: ENTRE A CANDIDATA "RAIZ" E A CANDIDATA "NUTELLA"



- O santinho da candidata "raiz" vem com a família completa, já a "nutella" a família vem em branco
- Quando a ideologia termina onde começa a conveniência eleitoral. Santinho em branco, ideologia também?

■ Páginas 4 e 5

## Maninho voltou. Mas o que realmente vai mudar. Talvez nada?

■ Página 7

## PRETO NO BRANCO

NEM OS MORTOS  
ESCAPARAM  
DAS PROMESSAS  
DO GENERAL

O mais simbólico é que chegamos a uma situação em que nem quem morreu escapou da burocracia e das promessas. A Prefeitura anuncia quase 9,6 mil vagas futuras.

Promete ampliar. Promete construir. Promete reaproveitar. Promete monitorar. Promete fiscalizar. Promete executar. Promete prestar contas.

Promessa, pelo visto, é o recurso que nunca falta. O que está faltando são vagas.

E existe uma diferença gigantesca entre apresentar 9.574 vagas numa folha de papel e disponibilizar 9.574 lugares onde famílias possam sepultar seus entes queridos com dignidade.

O papel aceita tudo. O cemitério, quando está lotado, não.



## PERIMETRAL LESTE

As vias de acessos da Perimetral Leste continuarão fechadas até quando? Isso demonstra o quanto o Prefeito General Joaquim Silva e Luna está preocupado com a cidade?

## SIDNEI PRESTES

Na campanha 2024, várias pessoas falaram para o Paulo Mac Donald que o então candidato a vereador Sidnei Prestes não era de confiança. Bingo. Traiu o Paulo, saiu do partido e agora é flagrado traindo o próprio partido que ingressou. Para alguns, a traição parece ser normal?

## ROCK IN RIO

Paulo Mac Donald anda sumido. Eleitores perguntaram se por acaso ele teria viajado para o Rock in Rio. Afinal a Marezi esta coordenado a campanha dele?

MANINHO DE VOLTA  
AO "PICADEIRO"

Tudo pode mudar, como nada pode mudar? Por determinação judicial sai Soldado Fruet e entra Maninho de Souza na Câmara de Vereadores. Afinal muda alguma coisa? Maninho teria voltado já fazendo continência para o General. Isso somente sabermos nos próximos dias.

De vez em quando a Câmara parece um picadeiro de circo?



## Tribuna Popular

*Jornalismo sem censura*

É uma publicação da E Alliana - ME  
CNPJ 37.189.127/0001-00  
Telefone (45) 3523-7826 - Foz do Iguaçu / PR  
jttribunapopular@bol.com.br

## REDAÇÃO

**Diretor:** Enrique Alliana

**Jornalista Responsável:**  
Enrique Alliana - MTB: 0010793/PR

## COMERCIAL

Claudete Desbezel

**Impressão:** Grafinorte Gráfica

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião do jornal

# A fidelidade política que muda conforme a conveniência

## Sidnei Prestes: o Podemos é partido ou apenas endereço eleitoral?

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Na política de Foz do Iguaçu parece existir uma modalidade que ganha cada vez mais adeptos: pedir voto aos iguaçuenses e, quando chega a eleição seguinte, abrir o mapa do Paraná para procurar aliados fora da cidade.

Agora quem entra nessa discussão é o vereador Sidnei Prestes Junior, eleito em 2024 e atualmente candidato a deputado estadual pelo Podemos.

Sidnei nasceu em Cascavel, mas vive há décadas em Foz do Iguaçu. Portanto, a questão não é onde consta seu nascimento na certidão. O que interessa politicamente é outra coisa: quem recebe o voto de Foz está ajudando a fortalecer politicamente quem? E é aí que começa a ficar interessante.

### De Paulo Mac Donald ao general: A política é uma porta giratória

Sidnei Prestes foi eleito vereador em 2024 pelo Mobiliza, legenda que naquele momento estava ligada ao projeto eleitoral de Paulo Mac Donald.

Passada a eleição, porém, a relação política tomou outro rumo. Sidnei aproximou-se da administração do prefeito Joaquim Silva e Luna, adversário de Paulo Mac Donald naquela disputa.

Para seus críticos, foi uma mudança de lado em velocidade suficiente para deixar muito camaleão com inveja.

Na política, naturalmente, alianças mudam. O problema começa quando tantas mudan-



ças fazem o eleitor precisar de GPS para descobrir onde determinado político está naquele momento.

Depois veio mais uma troca.

Em 2026, Sidnei deixou o Mobiliza e migrou para o Podemos, partido pelo qual decidiu disputar uma cadeira na Assembleia Legislativa do Paraná.

Novo partido, nova candidatura, novo discurso. Até aí, nada que a legislação partidária brasileira já não tenha visto inúmeras vezes. Mas eis que surge mais um capítulo.

### Candidato do PODEMOS, Apoio para o PL?

Em sua campanha para deputado estadual, Sidnei Prestes decidiu manifestar apoio à cantora Juliana Valiati, candidata de Marechal Cândido Rondon.

E existe um detalhe politicamente curioso: Juliana não pertence ao Podemos. Ela é candidata pelo PL. Ou seja: Sidnei pede votos como candidato do Podemos enquanto abre espaço político para uma candidata de outra legenda e

de outra cidade.

É aquela fidelidade partidária moderna: tão flexível que quase precisa de alongamento antes da campanha.

A pergunta, portanto, é inevitável: o Podemos sabe e concorda com esse apoio?

Mais ainda: qual é a lógica de um candidato que pretende representar Foz do Iguaçu na Assembleia ajudar eleitoralmente uma candidatura de fora do município e de outro partido?

Talvez exista uma explicação política perfeitamente razoável. Seria interessante ouvi-la.

### Foz do Iguaçu dá os votos, outras cidades colhem os apoios?

Foz do Iguaçu possui eleitorado suficiente para construir representatividade própria. Mesmo assim, eleição após eleição, uma parcela considerável dos votos acaba fortalecendo candidatos de outras regiões.

Depois, quando chega a hora de cobrar investimentos, projetos e presença política em Brasília ou Curitiba, começam as lamentações sobre a suposta falta de representatividade da cidade.

Não existe milagre eleitoral. Se Foz exporta votos, também exporta poder político.

Por isso causa estranheza quando justamente alguém que pretende se apresentar como representante de Foz ajuda a promover uma candidatura externa.

O eleitor tem todo o direito de perguntar: Sidnei quer fortalecer a representação política de Foz ou montar uma rede de conveniências eleitorais pelo Paraná?

### Quantas camisas cabem no mesmo armário?

Mobiliza ontem. Podemos hoje. Aproximação com o governo Silva e Luna. Agora apoio político a uma candidata do PL.

Não é necessário chamar isso de "traição" para perceber que existe uma impressionante capacidade de adaptação política.

Talvez "mobilidade ideológica" seja uma expressão mais elegante.

Ou simplesmente conveniência.

Quem ocupa mandato público não deve fidelidade cega a caciques ou partidos. Deve, acima de tudo, satisfação ao eleitor. Mas justamente por isso precisa explicar suas escolhas.

Se um candidato do Podemos prefere fortalecer eleitoralmente uma candidata do PL de outra cidade, é legítimo perguntar qual interesse político existe nessa dobradinha e quais benefícios concretos ela oferece para Foz do Iguaçu.

Porque pedir voto em casa e distribuir apoio fora dela é muito fácil. Difícil é depois explicar ao eleitor por que Foz continua reclamando que não possui força política suficiente.

Agora a pergunta mais difícil de ser respondido. O vereador Sidnei Prestes eleito por Foz do Iguaçu, com fama de ser traidor na política, porque traiu o próprio partido PODEMOS para apoiar outro candidato de outro partido? Quando é que a moralidade chegará na política. Como dizem alguns formadores de opinião; "Até bandido tem palavra, porque o político não pode ter".

# Entre a candidata "raiz" e a candidata "nutella"

*Quando a ideologia termina onde começa a conveniência eleitoral*

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Quem imagina que o Partido dos Trabalhadores é uma grande família reunida em volta da mesma mesa, compartilhando pão, ideologia e santinhos eleitorais, talvez ainda acredite em Papai Noel, coelhinho da Páscoa e unanimidade dentro de partido político.

As famosas "correntes" internas do PT existem há décadas. Dependendo de quem explica, são tendências, grupos políticos ou campos ideológicos. Para adversários mais exaltados, recebem nomes bem menos elegantes.

Há CNB, Democracia Socialista, Articulação de Esquerda, O Trabalho e outros agrupamentos. Todos abrigados sob a mesma estrela, mas nem sempre olhando para a mesma direção.

No Paraná, essas diferenças também aparecem. E em Foz do Iguaçu, aparentemente, ganharam uma versão bastante didática nas eleições de 2026.

De um lado, a vereadora e candidata a deputada estadual Valentina Rocha. Do outro, a também vereadora e candidata a deputada estadual Yasmin Hachem.

As duas estão no PT.

As duas querem uma cadeira na Assembleia Legislativa.

Mas, politicamente, parecem disputar muito mais do que simplesmente o voto do eleitor.



## "Raiz" de um lado, "Nutella" do outro

Valentina Rocha representa uma linha mais identificada com setores tradicionais do PT e mantém proximidade política com nomes como Gleisi Hoffmann e Arilson Chiorato.

Yasmin Hachem, por sua vez, chegou ao PT depois de passar por outras legendas e tem sua trajetória política dentro do PT ligada ao grupo do deputado federal Zeca Dirceu.

É justamente aí que nasce a comparação que circula nos bastidores: Valentina seria a petista "Raiz"; Yasmin, a petista "Nutella".

Não se trata de avaliar qual delas é melhor vereadora. A questão aqui é outra: Qual das duas demonstra maior identidade eleitoral com o partido pelo qual hoje disputa uma

cadeira de deputada estadual?

E o material eleitoral pode oferecer uma pista interessante.

## Valentina: O santinho vem com a família completa

No material de campanha atribuído a Valentina Rocha, a lógica seria bastante simples: se é candidata pelo PT, apresenta também os candidatos da chapa e as escolhas políticas que defende.

Não haveria espaço para esconder sobrenome político ou deixar companheiro esperando no acostamento.

É o pacote completo.

Pode-se concordar ou discordar de Valentina. Pode-se gostar ou rejeitar suas posições. Mas, nesse aspecto, existe coerência: ela veste a camisa do partido e aparente-



mente não tenta esconder a estrela quando chega a hora de pedir voto.

É a chamada versão "Raiz".

Aquela que, se o partido estiver no barco, permanece no barco mesmo quando começa a entrar água.

## Yasmin e o misterioso santinho dos espaços em branco

Já o material eleitoral atribuído à candidata Yasmin Hachem chama atenção justamente pelo contrário.

Seu número aparece.

Seu nome aparece.

Sua candidatura aparece.

Mas os espaços destinados a outros cargos estariam em branco.

Deputado federal? Em branco.

Governador? Em branco.

Senador? Em branco.

Presidente? Também em branco.

É quase um santinho eleitoral no estilo "monte você mesmo".

O eleitor recebe a candidata estadual e aparentemente ganha liberdade para completar o restante conforme sua preferência.

Prático? Talvez.

Ideologicamente curioso? Sem dúvida.

Porque surge uma pergunta inevitável: Como uma candidata do PT, disputando uma eleição pelo PT, deixa de apresentar em seu próprio material eleitoral até mesmo a candidatura presidencial defendida pelo partido?

Com a confirmação do material distribuído oficialmente pela campanha, a questão deixa de ser mero detalhe gráfico.

Torna-se política.

# Cadê Lula? O curioso santinho da candidata do PT

*Santinho em branco, ideologia também? Quando o passado pode demonstrar o futuro*

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

## PT no nome, mas não necessariamente no santinho?

O episódio fica ainda mais curioso quando observada a trajetória partidária de Yasmin Hachem.

Ela foi eleita vereadora pelo MDB, posteriormente passou pelo PV e chegou ao PT.

Mudar de partido é permitido pela legislação nas condições previstas e acontece diariamente na política brasileira. O problema político não é simplesmente mudar de legenda.

A pergunta é: Quanto existe de convicção e quanto existe de conveniência em cada mudança?

Porque partido político não deveria funcionar como aplicativo de transporte: O político entra naquele que naquele momento oferece a melhor corrida.

Ou pelo menos não deveria.

No caso de Yasmin, sua entrada no PT esteve politicamente associada ao grupo de Zeca Dirceu. Seus críticos, porém, questionam se a filiação representou efetivamente uma aproximação ideológica ou uma composição eleitoral.

E agora aparece um santinho que, segundo o material apresentado, curiosamente destacaria a própria candidata, mas não os demais nomes da chapa.

Que coincidência conveniente.

## Quando o "companheiro" cabe apenas no discurso

No vocabulário histórico do PT, talvez poucas palavras sejam tão simbólicas quanto "companheiro".

Companheiro é quem marcha junto.

readora Yasmin em 2020, quando se elegeu, antes mesmo de assumir a vereança, foi no pescoço do então Prefeito Chico Brasileiro exigindo um cargo com bom salário para seu namorado. E somente depois da nomeação, que ela em tese, teria feito base de sustentação do poder executivo municipal.

Mas politicamente o questionamento permanece legítimo: Qual é o limite entre articulação política e conveniência pessoal?

Essa pergunta vale para Yasmin, para Valentina e

para qualquer político.

Porque ideologia que muda conforme o calendário eleitoral corre o risco de deixar de ser ideologia e virar apenas estratégia.

## Duas candidatas, duas formas de vestir a estrela

E chegamos a 2026.

Valentina Rocha e Yasmin Hachem querem representar Foz do Iguaçu na Assembleia Legislativa do Paraná.

Duas mulheres.

Duas vereadoras.

Duas candidatas do PT.

Mas aparentemente duas maneiras bastante diferentes de demonstrar pertencimento partidário.

Valentina coloca o partido na vitrine.

Yasmin parece preferir deixar parte da vitrine vazia.

Uma apresenta o pacote político.

A outra, aparentemente, entrega apenas o próprio

nome.

Uma assume suas escolhas.

A outra deixa espaços para o eleitor preencher.

É justamente daí que nasce a provocação: uma seria "Raiz"; a outra, "Nutella".

## E Lula, ficou onde?

Talvez a maior ironia esteja justamente no espaço presidencial.

Uma candidata do Partido dos Trabalhadores disputar uma eleição e eventualmente distribuir material sem indicar o candidato presidencial apoiado pela própria legenda é algo que, no mínimo, merece explicação política.

Não significa necessariamente rompimento.

Não significa automaticamente deslealdade.

Mas significa que existe uma pergunta esperando resposta.

Se o nome presidencial ajuda, por que não colocar?

Se atrapalha, por que permanecer no partido?

Se a candidatura estadual pretende conquistar o eleitorado petista, por que esconder ou omitir justamente uma das principais referências eleitorais da legenda?

E se pretende conquistar votos fora da esquerda evitando uma vinculação mais explícita, então o eleitor petista também tem direito de saber.

Porque não dá para querer a estrutura partidária quando ela interessa e esconder a identidade partidária quando ela pesa.

## A estrela não deveria ser acessório

## de campanha

No final, a eleição de 2026 poderá mostrar qual estratégia funciona melhor.

A "Raiz", que assume o partido inteiro, seus aliados e seus candidatos.

Ou a "Nutella", que aparentemente prefere uma campanha politicamente mais independente, deixando espaços estratégicos em branco.

O eleitor decidirá.

Mas uma coisa é certa. Filiação partidária deveria significar alguma coisa além de uma sigla impressa ao lado do número do candidato.

Porque partido não deveria ser hotel: entra-se quando existe vaga conveniente e sai-se quando aparece acomodação melhor.

Muito menos deveria ser guarda-chuva usado apenas quando começa a chover dinheiro de campanha, estrutura eleitoral ou possibilidade de mandato.

Se Valentina é "Raiz" e Yasmin é "Nutella", quem dará o veredito definitivo será a urna.

Mas até lá permanece uma pergunta incômoda para a esquerda iguaçuense. Se uma candidata do PT não coloca no próprio santinho os candidatos do PT, afinal, para quem exatamente ela está pedindo votos?

Talvez seja apenas estratégia eleitoral.

Talvez seja independência.

Talvez seja conveniência.

Ou talvez o santinho tenha tantos espaços em branco porque preencher certas escolhas políticas exigiria uma coisa que nenhum programa gráfico consegue imprimir: coerência.





MORO22GOVERNADOR

FILIPES22BARNOS

PresidenteFlávioBolsonaro

Alfredo Gaspar

Coligação: FORTALEZA PARANÁ (PODE / PL / NOVO) - CNPJ: Contratante 68.519.303/0001-59  
CNPJ Contratado: 37.189.127/0001-00 - Valor: R\$ 500,00 - Exemplares: 3.000

Vermelho

DEPUTADO FEDERAL

22000

PL



PL

PresidenteFlávioBolsonaro

MORO22GOVERNADOR

FILIPES22BARNOS

DEPUTADO ESTADUAL

MATHEUS VERMELHO

22888

Coligação: FORTALEZA PARANÁ (PODE / PL / NOVO) - CNPJ: Contratante 68.519.303/0001-07  
CNPJ Contratado: 37.189.127/0001-00 - Valor: R\$ 500,00 - Exemplares: 3.000

DEPUTADO FEDERAL

Airton José

1526

*A voz de Foz pelo Paraná!*

MDB

PARANÁ

CNPJ do contratante: 68.455.854/0001-04  
CNPJ do contratado: 37.189.127/0001-00  
Valor: R\$ 500,00  
Tiragem: 3.000 exemplares

FOZ CONHECE MINHA HISTÓRIA.  
E SABE DE ONDE EU VIM.

Filho de barrageiro da Itaipu. Primeira turma do SIATE em Foz.

SGT. CARLOS SOUZA

20022

DEPUTADO ESTADUAL

PresidenteFlávioBolsonaro

MORO22GOVERNADOR

FILIPES22BARNOS

PROPAGANDA ELEITORAL I SGT. CARLOS SOUZA I DEPUTADO ESTADUAL I CNPJ 68.519.839/0001-74. PODEMOS

CONFEÇÃO/CNPJ: 37.189.127/0001-00 - VALOR R\$ 500,00 - EXEMPLARES: 3000

## FISCALIZAÇÃO INCERTA

# Maninho voltou. Mas o que realmente vai mudar. Talvez nada?

## Foz do Iguaçu amanheceu com um novo vereador na Câmara Municipal

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Maninho voltou. mas para fazer o quê? A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu ganhou um "novo" vereador. Ou melhor, um velho conhecido voltou ao Legislativo. Após a recontagem dos votos das eleições de 2024, Valdir de Souza, o Maninho (PSDB), foi diplomado e tomou posse na última sexta-feira, 11 de setembro.

Com 1.898 votos, Maninho conquistou a cadeira após a Justiça Eleitoral anular votos de chapas atingidas por decisões relacionadas à fraude à cota de gênero.

Até aí, mudou a matemática eleito-

ral. Mas e a política?

Muda a cadeira. muda a postura?

A grande pergunta não é quem saiu ou quem entrou. É saber o que Maninho pretende fazer com o mandato que agora tem nas mãos.

Vai engrossar a fila daqueles que preferem assistir silenciosamente aos acontecimentos ou exercerá uma das principais funções de um vereador: fiscalizar o Poder Executivo?

Porque ocupar cadeira, receber salário e participar de sessão é a parte fácil. O desafio começa quando é necessário cobrar respostas, questionar decisões e contrariar interesses.

E aí surge a pergunta que realmente interessa: Maninho vai fiscalizar a



administração do general Silva e Luna ou será apenas mais uma cadeira ocupada no plenário?

A Justiça Eleitoral mudou a composição da Câmara. Resta saber se a pos-

se mudará alguma coisa na fiscalização da Prefeitura.

Talvez tudo. Talvez nada.

Os próximos meses darão a resposta.

Confie em quem te faz bem.

**kero japa EXPRESS**

Faça seu pedido

9 9942-7661

@COZINHA JAPONESA

@KEROJAPAEEXPRESS

PT

**Valentina**

DEPUTADA ESTADUAL

**13133**

Coligação: FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL (PT/PC do B/PV) - CNPJ: Contratante 68.464.760/0001-93  
CNPJ Contratado: 37.189.127/0001-00 - Valor: R\$ 500,00 - Exemplos: 3.000

# CIS movimentava cifras milionárias, enquanto trabalhadores temem cortes e demissões

**R\$ 180 milhões em contratos e a economia começa no holerite? Afinal contratos engordam e o holerite pode entrar na dieta**

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

De um lado, contratos públicos que chegam à casa das dezenas, e até centenas, de milhões de reais. Do outro, trabalhadores olhando para o próprio holerite e se perguntando se aquele valor que recebem desde o início das atividades da empresa continuará existindo no próximo mês.

É nesse contraste nada confortável que a CIS - Centro Integrado em Saúde Ltda. passou a ser observada em Foz do Iguaçu.

A empresa mantém contratos de grande porte para prestação de serviços de saúde financiados com recursos públicos. Mas, segundo relatos de funcionários, estaria discutindo a retirada de um Adicional/Prêmio pago desde o começo de sua operação no município.

E a história fica ainda mais preocupante.

Trabalhadores afirmam ter ouvido que, diante da necessidade de redução de custos, haveria praticamente duas portas: mexer na remuneração ou promover a demissão de aproximadamente 30% do quadro.

É importante deixar claro: a informação sobre possíveis demissões é atribuída aos trabalhadores e não deve ser apresentada como posição oficial da CIS sem manifestação formal da empresa.

Mas isso não diminui o clima de apreensão. Afinal, contrato milionário pode ser uma



cifra numa página. Salário, para quem trabalha, é comida na mesa.

## Quando a tesoura procura o holerite

Segundo os funcionários, o centro da discussão é justamente o Adicional/Prêmio recebido de forma recorrente desde o início das atividades da CIS em Foz do Iguaçu.

E surge uma pergunta inevitável: quando aparece a necessidade de economizar, por que a tesoura parece encontrar tão rapidamente o caminho do bolso do trabalhador?

Planilhas empresariais são extraordinárias. Nelas, salários podem aparecer apenas como "custos", adicionais viram "despesas" e funcionários são transformados em números numa coluna.

Na vida real, a matemática

é diferente.

O adicional ajuda a pagar supermercado, aluguel, prestação, combustível, escola, medicamento e energia elétrica. É dinheiro que já integra o orçamento de famílias que dependem daquela remuneração.

E quando surge a informação de que aproximadamente 30% do quadro poderia ser dispensado caso os custos não sejam reduzidos, o debate deixa de ser apenas sobre um adicional. Passa a ser sobre emprego.

## Dia 4: o Sindicato da Saúde precisou entrar em campo

A tensão ganhou contornos concretos em 4 de setembro de 2026. Diante do problema envolvendo o pagamento do Adicional/Prêmio, represen-

tantes do Sindicato precisaram comparecer à empresa para cobrar uma solução.

Segundo informações dos trabalhadores, depois da intervenção sindical, o pagamento foi realizado.

Problema resolvido? Não exatamente. Pode ter sido resolvido o capítulo daquele momento, mas ficou aberta uma questão muito maior: o que acontecerá daqui para frente?

Se existe intenção de retirar definitivamente um pagamento feito de maneira habitual, caberá analisar as condições em que foi instituído, sua natureza e os eventuais efeitos trabalhistas de sua supressão.

É justamente aí que a presença sindical ganha importância.

Porque, aparentemente, quando o assunto envolve mi-

lhões em contratos, existem gestores, assessorias e planilhas. Quando chega ao contracheque de quem trabalha, é bom que alguém também esteja sentado à mesa representando o outro lado.

## R\$ 144 Milhões: A cifra que chama atenção

A situação ganha dimensão ainda maior quando são observados os contratos públicos envolvendo a CIS.

Em 3 de fevereiro de 2026, o Fundo Estadual de Saúde do Paraná - FUNSAÚDE formalizou contrato com a empresa para prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares aos usuários do Sistema Único de Saúde.

Valor global previsto: R\$ 144 milhões.

A vigência alcança cinco anos, até fevereiro de 2031.

É indispensável fazer uma distinção: R\$ 144 milhões representam o valor previsto no instrumento contratual, e não necessariamente dinheiro já depositado na conta da empresa. Os pagamentos dependem da execução dos serviços e das regras administrativas e contratuais.

Feita essa ressalva. Necessária para não transformar contrato em faturamento imaginário. O número continua sendo expressivo. Muito expressivo.

Principalmente quando trabalhadores da operação local relatam preocupação com redução da remuneração e eventual corte de empregos.

# Outro contrato de R\$ 36,54 milhões

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Registros públicos apontam ainda outro instrumento envolvendo o Fundo Estadual de Saúde e a filial da CIS vinculada a Foz do Iguaçu, no valor aproximado de R\$ 36,54 milhões, relacionado a serviços ambulatoriais especializados.

Considerados os valores globais previstos nesses dois instrumentos estaduais de 2026, chega-se a aproximadamente R\$ 180,54 milhões em contratos envolvendo a operação vinculada ao município.

Novamente: contrato não é sinônimo de dinheiro recebido. Mas também não é trocado de padaria.

Estamos falando de uma relação econômica robusta com o poder público e, consequentemente, de recursos que exigem transparência quando surge uma aparente contradição entre a dimensão dos contratos e a insegurança vivida pelos trabalhadores.

## Guarapuava: Mais R\$ 82,5 milhões no mapa

A atuação da CIS no Paraná não termina em Foz do Iguaçu.

A empresa também foi vencedora de contratação conduzida pela Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná - FUNEAS para serviços no Hospital Regional do Centro-Oeste, em Guarapuava.

O instrumento supera R\$ 82,5 milhões e contempla serviços médicos, equipe multidisciplinar, equipamentos, materiais médico-hospitalares, medicamentos e insumos necessários ao atendimento pelo SUS.

Ou seja: a CIS participa de operações públicas de grande porte. E justamente por isso não parece absurdo esperar respostas claras quando traba-

lhadores dizem estar diante da possibilidade de perder parte da remuneração ou até o emprego.

Não se trata de condenar previamente a empresa. Trata-se de perguntar. E perguntar, especialmente quando há dinheiro público envolvido, ainda não virou crime.

## Guarapuava já teve impasse

A relação entre a CIS e trabalhadores também ganhou repercussão em Guarapuava.

Profissionais ligados à terceirizada enfrentaram impasse relacionado ao piso nacional da enfermagem, envolvendo cerca de 280 trabalhadores do Hospital Regional do Centro-Oeste, conforme informações publicadas à época.

Agora, em Foz do Iguaçu, a discussão possui outra natureza, mas novamente desemboca na mesma parte da estrutura: quem está na ponta prestando o serviço.

E hospital não funciona com contrato impresso, carimbo ou número de processo. Hospital funciona com gente.

## Se há crise, abram os números

Se realmente existe uma situação financeira capaz de justificar redução de despesas com pessoal, há uma maneira bastante simples de diminuir as especulações: transparência.

Houve redução de repasses? Existe atraso? A operação apresenta déficit? Qual o peso do Adicional/Prêmio na folha? Quanto sua eventual retirada representaria de economia?

E, principalmente: existe ou não risco de demissão de aproximadamente 30% dos trabalhadores?

As respostas são impor-

tantes porque, quando o discurso de contenção chega primeiro ao salário de quem está na ponta, é natural que apareça desconfiança.

Ainda mais quando, do outro lado da mesa, estão contratos com tantos zeros que é preciso contar com calma.

## Milhões no papel, contas na geladeira

Existe uma diferença brutal entre enxergar dinheiro como gestor e enxergá-lo como trabalhador. Para uma empresa, determinado adicional pode representar percentual da folha. Para o funcionário, pode representar a compra do mês. Para uma planilha, cortar funcionários significa reduzir despesa. Para uma família, significa desemprego.

Se a retirada do adicional estiver efetivamente sendo estudada, é legítimo que os trabalhadores saibam os motivos e as consequências. Se demissões estiverem realmente na mesa, mais ainda. Não é ra-

## REGISTROS PÚBLICOS APONTAM AINDA OUTRO INSTRUMENTO ENVOLVENDO O FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE E A FILIAL DA CIS VINCULADA A FOZ DO IGUAÇU, NO VALOR APROXIMADO DE R\$ 36,54 MILHÕES

zoável transformar o funcionário no último a saber sobre o próprio futuro.

## O Sindicato da Saúde entrou em campo

A intervenção sindical de 4 de setembro mostrou que a mobilização produziu resultado imediato naquele episódio. Mas será necessário acompanhar os próximos capítulos.

O Sindicato deverá avaliar a habitualidade do pagamento, sua natureza e se eventual retirada encontra respaldo na

legislação, nos contratos e nas normas coletivas aplicáveis.

Existe ainda outra questão.

Caso aproximadamente 30% do quadro realmente esteja sob risco, qual seria o impacto dessa redução sobre os serviços prestados?

Economia na folha não pode virar sobrecarga para quem permanece e muito menos perda de qualidade para pacientes do SUS.

## Dinheiro público exige transparência

Não se está afirmando que a CIS recebeu integralmente os valores globais de seus contratos.

Muito menos que possuir contratos milionários significa automaticamente ter milhões disponíveis em caixa.

Mas contratos públicos dessa magnitude interessam à sociedade quando surgem conflitos envolvendo remuneração, empregos e prestação de serviços.

A população tem o direito de saber como funciona uma operação financiada com recursos públicos. Os trabalhadores têm o direito de receber informações claras sobre sua remuneração e seus empregos. E a empresa tem o direito de apresentar sua versão, demonstrar números e explicar eventuais dificuldades.

Transparência resolve muita coisa.

Inclusive evita que perguntas legítimas sejam tratadas como ataques.

## No fim, a tesoura vai cortar onde?

O cenário apresentado pelos trabalhadores coloca uma imagem difícil de ignorar.

De um lado, um contrato estadual que pode alcançar R\$ 144 milhões em cinco anos. Outro instrumento de aproximadamente R\$ 36,54 milhões

ligado à operação em Foz. Fora do município, contratação superior a R\$ 82,5 milhões em Guarapuava.

Do outro, funcionários discutindo se continuarão recebendo um adicional e convivendo com relatos de que aproximadamente 30% dos postos poderiam ser eliminados caso não haja redução de custos.

É uma fotografia que exige explicações.

Talvez existam justificativas financeiras perfeitamente demonstráveis. Talvez haja dificuldades na execução contratual. Talvez existam custos que não aparecem quando se observa apenas o valor global dos contratos. Tudo isso é possível. Então que seja explicado.

Porque o que não pode virar regra é aquela velha matemática conveniente em que os milhões ganham páginas e páginas de contratos e os trabalhadores recebem apenas a conta do ajuste.

Quando a operação cresce, o discurso costuma ser de eficiência. Quando aperta, curiosamente, o holerite parece estar sempre por perto. E é exatamente por isso que a pergunta continua de pé:

Se a conta realmente não fecha, por que o bolso do trabalhador aparece tão rapidamente como candidato a pagar a diferença?

OBS: Os valores mencionados correspondem aos valores globais previstos nos instrumentos públicos considerados na reportagem e não devem ser interpretados automaticamente como valores integralmente pagos ou recebidos pela CIS. As informações sobre possível retirada do Adicional/Prêmio e eventual demissão de aproximadamente 30% do quadro são atribuídas a relatos de trabalhadores e devem ser confrontadas com eventual manifestação oficial da empresa.

## ENTERRAR É PRECISO ESPERAR?

# Justiça cobra solução e Prefeitura responde com mais promessas

*Nem os mortos escapam das promessas da gestão do General Joaquim Silva e Luna*

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Em Foz do Iguaçu, parece que até os mortos precisam entrar na fila das promessas da administração municipal.

Depois de quase metade do mandato do prefeito General Joaquim Silva e Luna, a crise de falta de vagas nos cemitérios chegou a um ponto tão grave que o problema foi parar no Poder Judiciário. E somente após a cobrança judicial a Prefeitura apresentou um pomposo "Plano de Ação Estrutural e de Monitoramento da Gestão da Infraestrutura Cemiterial Municipal".

Nome grande. Problema antigo. Solução imediata? Quase nenhuma. O documento foi juntado em 9 de setembro de 2026 ao processo nº 0018474-97.2026.8.16.0030, depois que o 3º Juizado Especial da Fazenda Pública determinou que o Município apresentasse uma proposta para enfrentar a falta de vagas.

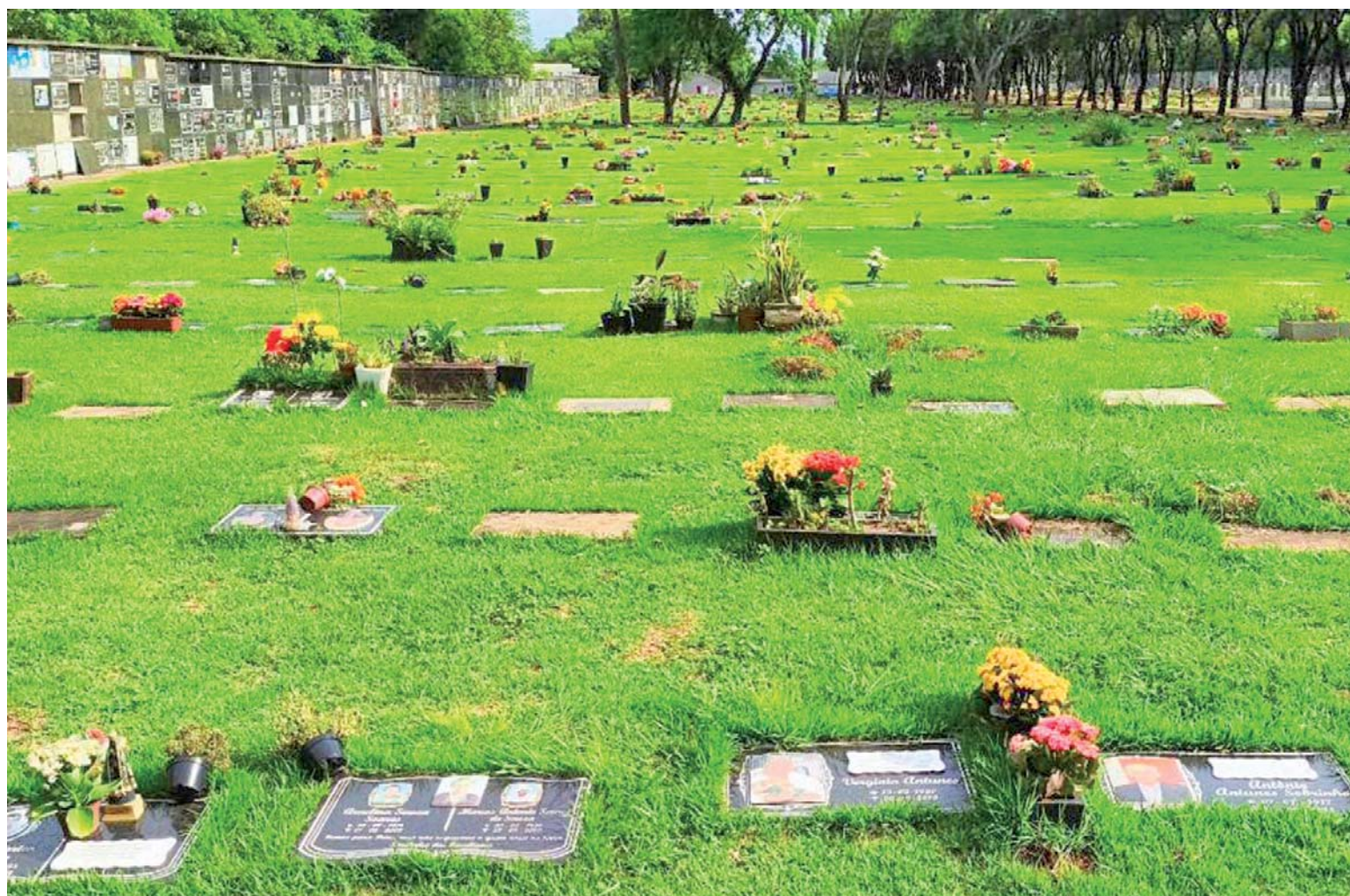
E aqui começa a parte trágica da história: foi preciso a Justiça cobrar aquilo que a Prefeitura deveria ter enfrentado administrativamente antes que a situação chegasse aos tribunais.

## Quando a justiça precisa cobrar o óbvio

A própria Prefeitura reconhece no documento a "urgente necessidade de expansão do sistema cemiterial".

Urgente. A palavra é importante.

Se a necessidade é urgente, seria razoável imaginar medidas igualmente urgentes. Mas, quando se avança pelas páginas do plano, aparecem



estudos, etapas, procedimentos administrativos, licenciamentos, concessionária, recursos de terceiros, exumações, projetos e obras classificadas para médio e longo prazo.

É praticamente um manual burocrático de como explicar hoje aquilo que talvez seja resolvido amanhã.

Enquanto isso, quem precisa sepultar um familiar não vive no "médio prazo". A morte não consulta cronograma, não aguarda licenciamento e muito menos pergunta se a Prefeitura conseguiu estruturar uma contrapartida com terceiros. Lembrando que a contrapartida de terceiros é proibida em no contrato da CAMIS e a Prefeitura. Então prometeram algo que é proibido em contrato.

A necessidade é de hoje. A solução principal, pelo jeito, fica para depois.

## Mais 9 mil vagas... no papel

A grande estrela do plano municipal é o Cemitério Parque Iguaçu/Jardim São Paulo. A Prefeitura projeta aproximadamente 9.032 novas vagas no Lote Urbano nº 1281, utilizando gavetários aéreos verticalizados e jazigos horizontais padronizados.

Seria uma excelente notícia se essas 9.032 vagas estivessem prontas. Não estão. Se as obras estivessem começando imediatamente. Também não é isso que o próprio plano assegura. A intervenção é classificada como solução de médio prazo.

Portanto, a administração apresenta como principal resposta para uma crise atual uma estrutura que ainda precisará sair do papel.

Enquanto as milhares de vagas não aparecem, surgem medidas bem mais modestas: aproximadamente 52 vagas com manejo de árvores e outras 310 gavetas mediante extensão de módulo existente.

É a matemática administrativa da crise: faltam vagas agora, anunciam-se milhares para depois e apresentam-se algumas centenas para tentar atravessar o presente.

## Promessa não abre cova

No Cemitério Três Lagoas, o cardápio de soluções também passa pela burocracia.

A Prefeitura pretende notificar concessionários de sepulturas cujos prazos regulamentares tenham expirado, promover desocupações, fazer rotação de vagas e ampliar gavetários. Estão previstas 88 novas unidades em uma obra lateral e outras cinco vagas com a elevação de um trecho de gavetários.

Depois poderão vir novos módulos perimetrais. Novamente: poderão vir.

Esse parece ser um verbo bastante confortável para uma administração que se aproxima da metade do mandato.

Vai fazer. Pretende fazer. Planeja fazer. Deverá fazer. Poderá fazer. O que a população gostaria mesmo de encontrar com maior frequência é outro verbo: fez.

# Até os mortos entraram no plano de reaproveitamento

*Promessa não abrem cova; Crise dos cemitérios vai continuar na Justiça*

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Outra saída apresentada é a retomada de sepulturas abandonadas, em desuso prolongado ou em situação irregular.

Haverá notificações. Depois, transcorrido o prazo legal sem manifestação ou regularização, poderão ocorrer demolições das estruturas consideradas em ruínas, retomada das áreas e exumação técnica dos restos mortais, com identificação, catalogação e encaminhamento ao ossário municipal.

É uma providência que pode ter fundamento administrativo e ser necessária para otimizar espaços. Mas também revela a dimensão da crise.

## General Silva e Luna promete até para os mortos, mas a solução fica para depois

Foz chegou ao ponto de precisar procurar vagas entre sepulturas antigas enquanto a expansão estrutural definitiva ainda aparece como projeto futuro.

Em outras palavras: como a administração não conseguiu ampliar a estrutura na velocidade necessária, agora é preciso fazer uma verdadeira auditoria entre os mortos para descobrir onde ainda cabe alguém.

É uma imagem dura. Mais dura ainda é perceber que o problema precisou bater à porta do Judiciário para ganhar um plano formal.

## Ala Islâmica: contando vaga por vaga

A Ala Islâmica também entrou na operação de busca por

espaço.

O Município prevê aproveitar área ociosa para criar 20 jazigos, otimizar espaço próximo à passarela para obter outras 29 vagas, demolir parte da estrutura para gerar mais 14 e recuar aproximadamente 80,90 metros de muro na Rua do Semeador.

Essa última intervenção poderia permitir a abertura de 87 novas sepulturas seriadas. Tudo ajuda.

Mas o conjunto reforça uma pergunta incômoda: como uma cidade do porte de Foz do Iguaçu deixou sua infraestrutura cemiterial chegar a esse nível de estrangulamento?

Planejamento público deveria servir justamente para impedir que um serviço essencial alcance o limite antes que alguém resolva agir.

Administrar não é esperar faltar para depois estudar onde colocar.

## 9.574 vagas. Mas a conta precisa ser explicada

No final, o plano apresenta uma capacidade projetada de 9.574 novas vagas. Número bonito. Grande. Impactante.

Só existe um pequeno detalhe: conforme a análise das quantidades discriminadas nas próprias intervenções, os números apresentados nas tabelas não parecem fechar exatamente com o total anunciado.

Pode haver sobreposição de etapas? Pode. Pode existir algum critério técnico específico? Também pode. Alguma quantidade não deve ser somada diretamente? É possível. Mas então explique.

Quando o principal argumento apresentado para demonstrar que a crise será so-

lucionada é justamente a criação de milhares de vagas, a população e o próprio Judiciário têm o direito de saber exatamente de onde saiu cada número.

Em administração pública, principalmente quando um plano nasce dentro de um processo judicial, conta precisa fechar. Ou, no mínimo, ser claramente explicada.

## A Prefeitura promete até fiscalizar a própria promessa

O plano também prevê visitas semanais, controle financeiro e licitatório mensal, auditorias trimestrais e relatórios semestrais.

Ou seja, além de prometer executar, agora a Prefeitura promete acompanhar aquilo que prometeu executar.

Teremos indicadores, percentuais, relatórios, monitoramento e prestação de contas.

Tudo muito organizado. Só falta a parte mais importante: transformar planejamento em vaga disponível antes que a crise piore.

Porque relatório não sepulta ninguém. Planilha não abre jazigo. Cronograma não substitui cemitério. E apresentação judicial não significa obra concluída.

## Quase metade do mandato: cadê o "feito"?

O caso dos cemitérios acaba se tornando mais um teste para a administração do Prefeito General Joaquim Silva e Luna.

Desde que assumiu a Prefeitura, a população escuta anúncios, planos, projetos, estudos, intenções e promessas para diferentes problemas

da cidade. Agora estamos caminhando para a metade do mandato. E a velha pergunta começa a ficar cada vez mais pesada: quando termina a fase das promessas e começa a fase das entregas?

O mandato não começou ontem. Janeiro de 2025 já ficou para trás há muito tempo. Setembro de 2026 chegou e o relógio político não anda para trás.

Uma administração municipal dura quatro anos, mas isso não significa que os problemas possam esperar quatro anos para começar a ser resolvidos.

Não adianta chegar ao fim do mandato com uma biblioteca de projetos, uma coleção de planos de ação e uma enciclopédia de promessas.

Prefeito não é eleito para explicar eternamente o que pretende fazer. É eleito para fazer.

## Quando o judiciário vira cobrador da Prefeitura

Talvez esse seja o aspecto politicamente mais constrangedor de toda a situação.

O Poder Judiciário não deveria precisar funcionar como despertador administrativo da Prefeitura.

Não deveria ser necessário um processo judicial para que um problema básico e previsível, como a capacidade dos cemitérios municipais, recebesse planejamento e providências efetivas.

Se a própria administração reconhece agora a urgente necessidade de expansão, surge uma pergunta inevitável: quando percebeu essa urgência?

E, se já sabia, por que a solução estrutural não veio antes? O processo judicial não criou a falta de vagas. A Justi-

ça apenas colocou formalmente sobre a mesa um problema que já existia.

Agora o Município apresenta seu plano e pede a homologação judicial das ações, metas, cronogramas e projetos.

É uma inversão curiosa: enquanto o Judiciário cobra solução concreta, o Executivo entrega cronograma.

## Menos cronograma, mais solução

Agora caberá à Justiça analisar o plano apresentado pelo Município e acompanhar o desenrolar do processo.

Mas, para a população, o julgamento político é bem mais simples.

Depois de quase metade do mandato, não basta anunciar aquilo que poderá existir daqui a meses ou anos. É preciso apresentar aquilo que efetivamente foi executado.

A administração do General Silva e Luna precisa compreender que governar não é administrar expectativas até dezembro de 2028.

Cada promessa tem prazo. Cada problema ignorado cobra juros políticos. E cada mês perdido não volta.

No caso dos cemitérios, a situação chegou a um nível especialmente constrangedor. A Justiça quer saber como o Município vai resolver a falta de vagas, enquanto a Prefeitura responde explicando o que pretende fazer no futuro.

Foz do Iguaçu não precisa de mais uma promessa para ser enterrada junto com tantas outras. Precisa de solução.

Porque, no ritmo atual, parece que há uma coisa para a qual a Prefeitura sempre consegue encontrar espaço. O espaço de mais promessas.

CURR100

OZIEL LUIZ

BATATINHA

DEPUTADO ESTADUAL

55.000

Coligação Pra frente sempre - Paraná  
CNPJ do contratante 68.519.813/0001-26  
CNPJ da contratada 37.189.127/0001-00 Valor R\$500.00. Exemplares 3.000



psd

#GENTE da GENTE

CUIDANDO da nossa GENTE



O único direita raiz

Bolsonarista

em Foz do Iguaçu/PR

CNPJ Contratado: 37.189.127/0001-00 - Valor: R\$ 500,00 - Exemplares: 3.000



Propaganda eleitoral. Deputado Federal 2026 - Paraná/BR - Leandro Pinto - PSD - Partido da Social Democracia (65-PSDB/23-CIDADANIA) CNPJ: 68.545.382/0001-72

Candidato a Deputado Federal Paraná

LeandroPinto

4522

É RENOVAÇÃO VOTA NO PINTÃO

CNPJ DO CONTRATANTE: 68.267.032/0001-91  
CONFECCÃO/CNPJ: 37.189.127/0001-00  
VALOR R\$ 500,00 - EXEMPLARES: 3000



FEDERAÇÃO UNIÃO PROGRESSISTA

Progressistas 11

Brasil do futuro é Brasil mais seguro

PAULO MAC DONALD

DEPUTADO ESTADUAL

11333

DEPUTADO FEDERAL

THIAGO KODAMA

1133

FEDERAÇÃO UNIÃO PROGRESSISTA

Eleição Deputado Federal 2026 - Paraná/ BR - Thiago Kodama- Progressistas | FEDERAÇÃO UNIÃO PROGRESSISTA (44-UNIÃO/11-PP)  
CNPJ DO CONTRATANTE: 68.237.145/0001-44 | CONFECCÃO/CNPJ: 37.189.127/0001-00 Valor R\$ 500,00 - Exemplares: 3000

## GERAL

# Amanhecer nas Cataratas ganha nova data fixa às quartas-feiras

***Experiência passa a ser realizada de quarta-feira a sábado e permite contemplar as Cataratas do Iguaçu antes da abertura regular do Parque Nacional do Iguaçu***

## Assessoria

Foto: Urbia+Cataratas/Eagle Eye Company

O Amanhecer nas Cataratas, experiência que permite aos visitantes contemplar as Cataratas do Iguaçu nas primeiras horas do dia, antes da abertura regular do Parque Nacional do Iguaçu, ganha uma nova data fixa a partir de 16 de setembro. O passeio, realizado tradicionalmente às quintas, sextas e sábados, passa a ser oferecido também às quartas-feiras, ampliando para quatro dias da semana as oportunidades de vivenciar um dos momentos mais especiais do dia em meio à natureza.

Já consolidado na programação turística de Foz do Iguaçu, o Amanhecer nas Cataratas, que inclui café da manhã, tem registrado alta procura e lotação em diversas datas. A ampliação da agenda acompanha o interesse dos visitantes por experiências que proporcionam um contato ainda mais próximo com a natureza, em um período de menor fluxo no atrativo.

A experiência começa às 5h30, com embarque exclusivo para os participantes. O roteiro segue pela Trilha das Cataratas, passando pelos principais mirantes até chegar às passarelas com vista para as quedas do Iguaçu. Após a contemplação, os visitantes seguem para um café da manhã no Restaurante Cocar, localizado no Centro de Visitantes. O ingresso do Amanhecer nas Cataratas também garante a permanência no Parque durante todo o dia, permitindo ao visitante aproveitar outros atrativos e experiências.

"É uma experiência que proporci-

ona uma forma diferente de vivenciar o Parque Nacional do Iguaçu, com mais tranquilidade e em um momento muito especial do dia. Com a nova data, queremos ampliar as possibilidades para que mais visitantes possam incluir o Amanhecer nas Cataratas em sua programação e aproveitar o Parque desde as primeiras horas da manhã", afirma Mario Macedo Junior, CEO da Urbia+Cataratas.

Para participar, é necessário realizar a reserva antecipadamente. Os ingressos para as novas datas de quarta-feira já estão disponíveis no site oficial do Parque Nacional do Iguacu.

## Experiências para ficar mais de um dia

Muito além da contemplação das Cataratas do Iguaçu, o Parque Nacional do Iguaçu oferece diferentes possibilidades para quem deseja ampliar o tempo de permanência e explorar novas formas de conexão com a natureza.

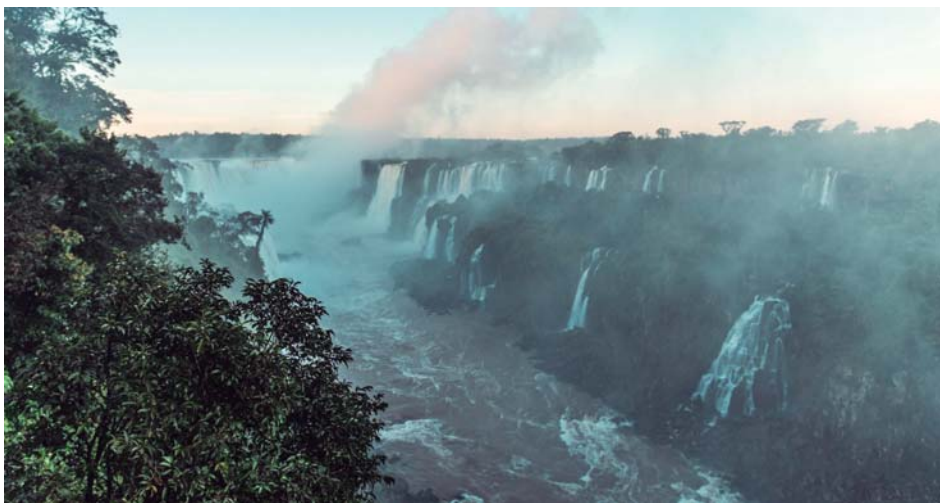
Entre as opções estão o Circuito São João, que dá acesso ao Espaço

Usina; a Ciclovia das Cataratas; trilhas e caminhos reabertos e revitalizados; além de experiências exclusivas que permitem contemplar as Cataratas em diferentes momentos do dia, como o Amanhecer nas Cataratas, Pôr do Sol nas Cataratas e Noite nas Cataratas.

A visita também conta com opções gastronômicas, como os restaurantes Cocar e Canoas Mirim, com capacidade para 300 e 120 pessoas, respectivamente. Aos sábados, artesãos e produtores locais também expõem e comercializam seus trabalhos no Parque. Algumas experiências e serviços possuem ingressos ou contratação à parte.

## Serviço - Amanhecer nas Cataratas

Dias: de quarta-feira a sábado  
Horário: 5h30- embarque único  
Local: Parque Nacional do Iguaçu -  
Polo Cataratas  
Café da manhã: das 7 horas às 9  
horas, no Restaurante Cocar  
Ingressos: site oficial do Parque  
Nacional do Iguaçu



 **PROCESO DESELECCION DE BECAFIOS DE PASADIA**  
**CONCURSO EN DOS (2) FASES**  
**1ª FASE (Fase de Preguntas Teóricas)**  
**Asamblea Pedro Pablo Kuczynski, 1º y 2º** **Jurado Pedro Gómez - Pasa de Especialidad - CEP: 15.655.719 - Pasa: CEP: 2023. 2079 - Toluca**  
**2ª FASE (Fase de Prácticas)**  
**Asamblea CEP: 15.655.719 y CEP: 2023. 2079**

---

**Presidencia:** WILSON DE JESUS DE LOS RIOS  
**Coordinador Ejecutivo:** Rosalinda Gómez Chaf  
**Asesor Presidencia:** PASCUAL DE SANTAN  
**Secretaría de:** ROBERTO MOLINA  
**Asesor:** **• FUNDACIÓN DE INVESTIGACIÓN Y PROMOCIÓN SOCIAL (FUNDIPROSOCIAL)**

**EDITAL DE CITAÇÃO**  
**PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS**

PROCESSO PROJUDI Nº 0016744-  
56.2023.8.16.0030, de PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - AUTOR:  
FUNDAÇÃO DE SAÚDE ITAIGUAPY e RÉU: JHEISON ALEX JOHANN  
HAUPT.

**OBJETIVO:** CITAÇÃO do Réu **JHEISON ALEX JOHANN HAUPT**, para comparecer a audiência de Conciliação, a realizar-se no dia **28 de maio de 2027 às 10:42horas**, pelo CEJUSC , ocasião que será realizada a audiência de conciliação VIRTUAL - Chave da Audiência: **PAZ93 UMSCC XGV63 7TBTV** (podendo ser acessada via Proj.udi, a fim de obter o link para ingresso na reunião); ficando ciente de que o comparecimento, acompanhado de advogados, é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa (CPC, artigo 334, §8º). As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, §9º), sendo que não alcançada a conciliação, a parte requerida deverá apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da realização da audiência ou, sendo caso, da última sessão de conciliação (CPC. Art. 335, I). Na hipótese de todas as partes protocolarem petição manifestando seu desinteresse na composição consensual, o prazo de contestação correrá nos termos do que dispõe o art. 355 do CPC. Se a parte ré não ofertar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (CPC, art. 344), nos termos e de acordo com petição inicial, e r. despacho proferido nos autos supra referidos.

**PETIÇÃO INICIAL (mov. 1.1)** "Trata-se de ação indenizatória em face dos réus, em virtude de que danos oriundos de colisão de trânsito que não foram ressarcidos, ou restabelecidos o status quo da parte. O cerne da ação gira em torno do fato de que depois da colisão, causada pelo primeiro réu, em decorrência de sua inobservância ao direito de preferência do Sr. Noeri, não houve qualquer proposta de acordo para saldar o montante total do prejuízo. Sendo este o motivo da demanda, distribui-se o presente com intenção de efetivamente reparar os danos sofridos, inclusive lucros cessantes."

**DECISÃO INICIAL (mov. 16.1):** “Vistos, etc. 1. Pautou-se a audiência de conciliação na pauta do CEJUSC PRO - Cível, no primeiro dia e horário disponível. Cite-se a parte ré para comparecer na audiência. Observe a Escrivania que a parte ré deverá ser citada com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência (art. 334 do CPC). Oriente as partes no sentido de comparecerem à audiência pessoalmente ou através de procuradores habilitados em condições de transigir, trazendo propostas definidas, com cálculos atualizados e alternativas possíveis, a fim de viabilizar eventual transação. Desde já, ciente/quê-as que o não comparecimento injustificado à respectiva audiência considerará-se ato atentatório à dignidade da Justiça, que será passível de aplicação de multa 2% (dois por cento) do valor da causa ou da vantagem econômica pretendida. 2. Consigne-se no mandado que o prazo para a parte ré apresentar resposta é de 15 (quinze) dias, a contar da realização da audiência (art. 335, Inc. I, do CPC). Advirta-se de que a falta de contestação implicará na presunção de que admitiu como verdadeiros os fatos afirmados pela parte autora (CPC, arts. 238, 335 e 344). Nesta oportunidade, a parte ré deverá dizer, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide, sendo que o requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, será indeferido. 2.1. Registre-se que, se houver manifestação de desinteresse na realização da audiência pela parte ré, o prazo para contestação será de 15 (quinze) dias, a contar do protocolo do pedido de cancelamento, de acordo com o artigo 335, Inciso II, da legislação processual. Nesta hipótese, deverá a Secretaria retirar de pauta a audiência de conciliação. 3. Apresentada a contestação, caso haja alegação de preliminar (CPC, art. 337), oposição de fato constitutivo /desconstitutivo do direito (CPC, art. 350) ou juntada de documentos (exceto a procuração e cópia de acordos, decisões e sentenças), intimem-se a parte autora para se manifestar no prazo de 15 (dez) dias, oportunidade em que deverá dizer, motivadamente, quais provas pretende produzir ou requerer o julgamento antecipado da lide. O requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, será indeferido. 4. Não sendo necessária a impugnação ou, caso seja necessária, já tenha sido apresentada ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, voltem. Intimem-se. Fôz do Juiz, 14 de agosto de 2023. Geraldo Dutra de Andrade Neto Juiz de Direito”

**DECISÃO (mov. 179.1):** "Vistos etc. 1. Conforme se verifica nos autos, o CPF do requerido é desconhecido, tendo a Receita Federal, por meio da informação constante no evento 108.2, comunicado que não foi localizada inscrição de pessoa física em nome do réu. Diante da ausência do referido documento, essencial para a realização de diligências para localização de endereços, determino que seja realizada a sua citação por edital, nos termos dos artigos 256 e 257 do CPC, com prazo de 20 (vinte) dias, mais o prazo para resposta. Segundo orientação da Egrégia Corregedoria-Geral do TJPR, haja vista a inexistência de sistema eletrônico padronizado para a publicação de editais, presuppõe-se válida e suficiente a publicação via Diário Oficial. No entanto, entende-se pertinente aplicar o parágrafo único do artigo 257 do CPC, haja vista o maior alcance do meio de comunicação, para o fim de determinar publicação única em jornal local, dentro do prazo acima estipulado, o que deve ser comprovado nos autos pela parte autora, salvo se beneficiária da gratuidade da Justiça (art. 98, §1º, III, CPC). 2. Após a expedição do edital, nos termos do inciso II, do artigo 257, do CPC, deverá ser certificado nos autos a publicação do edital no Diário Oficial e, oportunamente, o decurso do prazo para apresentação de resposta. 3. Oportunamente, voltem conclusos. Intimem-se. Foz do Iguaçu, 24 de abril de 2026. Geraldo Dutra de Andrade Neto Juiz de Direito".

FOZ DO IGUAÇU, em 03 de setembro de 2026.

Eu, \_\_\_\_\_, Mauro Célio Safralder, Escrivão, o digitei e subscrevi.

GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO  
JUIZ DE DIREITO

Foto: Franz Amorim - Foz F.C

01. KAUÁ GOMES, 12. ADDI, 05. HENRIQUE OLIVEIRA, 09. IKECHUKWU, 10. ADISA, 13. RAMON, 15. PEDRÃO, 16. TIAGO, 19. MARQUINHOS, 20. GUGA MAIA, 21. PABLO E 22. PEDRINHO.

TREINADOR: AGEU GONÇALVES

cellshop, ITAIPU, tecnomyl, DOUBLE TREE, VIALE, NISSAN NINJA, NASSER, Sicredi, BLASCOR, MASTERWAY, LOUJAN, MAX, FoxStar, raipu, PLUSNET

O Foz F.C venceu no histórico geral o Londrina apenas 3 vezes

Foto: IA

### Escalacão

12 ZANELLA, 13 ANDRÉ DHOMINIQUE, 15 ALIMÓ, 23 APOLLO, 6 KAIQUE, 27 MURILO CHICO, 17 ANDRÉ CARDOSO, 18 JUNINHO, 28 RAÍ NASCIMENTO, 11 RAFAEL MONTEIRO, 9 ATHYRSON

TÉCNICO: HUGO CHACON

JOVENS ATLETAS DO TUBARÃO

1. ISAQUE, 5. THUAN, 7. CAIO MAIA, 22. LUÍS AUCELIO, 32. KAUÁ JONATHAN, 8. CAINÁ, 75. RAFAEL BRISOLA, 77. WEVERTON, 33. ASAFE, 34. MATHEUS

O Londrina B foi até a fronteira reforçado com atletas do time principal

### TABELA DEFINIDA COPA PARANA 2026

1ª RODADA: 29 DE AGO (OLÍMPICO REGIONAL), 2ª RODADA: 05 DE SET (OS PRONÉTICOS), 3ª RODADA: 12 DE SET (ESTÁDIO DO ABC), 4ª RODADA: 19 DE SET (ESTÁDIO DO PENALTI), 5ª RODADA: 26 DE SET (ESTÁDIO DO ABC), 6ª RODADA: 10 DE OUT (VILA CAPANEMA), 7ª RODADA: 17 DE OUT (ESTÁDIO DO ABC)

cellshop, ITAIPU, tecnomyl, DOUBLE TREE, VIALE, NISSAN NINJA, NASSER, Sicredi, BLASCOR, MASTERWAY, LOUJAN, MAX, FoxStar, raipu, PLUSNET

## NA MARCA DO PENALTI

Jornalista: Abilio Henrique Bottega - 0012882/PR MTB

Foz do Iguaçu FC

# Copa Paraná: Em duelo movimentado na estreia em casa, Foz do Iguaçu empata em 2 a 2 contra o Londrina

*Azulão da Fronteira demonstra garra diante de sua torcida no Estádio do ABC, reage na partida e soma ponto em casa*

Na tarde deste domingo (13), Foz do Iguaçu e Londrina protagonizaram um duelo bastante movimentado e equilibrado no Estádio do ABC, válido pela terceira rodada da Copa Paraná, terminando empatados em 2 a 2. O time visitante abriu a contagem logo nos instantes iniciais, mas o Azulão da Fronteira demonstrou enorme poder de reação diante de seus torcedores, construindo a virada ainda na primeira etapa com gols do zagueiro Gabriel Vidal e do atacante Leonardo Tiba. Contudo, no decorrer do segundo tempo, a equipe visitante alcançou o empate definitivo através de uma penalidade máxima.

### O Jogo

O início da partida foi eletrizante. Logo aos seis minutos do primeiro tempo, o Londrina conseguiu furar o sistema defensivo da casa: em um cruzamento vindo do lado direito do ataque, Raí Nascimento subiu mais alto que a marcação dentro da área e cabeceou com precisão para inaugurar o marcador em favor dos visitantes.

A resposta do Azulão, porém, não demorou a vir e aconteceu com extrema rapidez. Apenas três minutos após sofrer o gol, aos nove minutos, Kaká executou uma cobrança de falta venenosa para dentro da grande área; Gabriel Vidal antecipou-se no primeiro pau e desviou de cabeça, estufando as redes e igualando o placar em 1 a 1.

Animado pelo gol de empate, o Foz do Iguaçu manteve a postura agressiva, impôs pressão ofensiva e não demorou a conquistar a virada. Aos 16 mi-



Foto: Franz Amorim - Foz F.C



Kaká jogou na base do Fluminense e do Grêmio além da seleção brasileira Sub 15

Assim como foi em Cascavel Tiba converteu a cobrança de pênalti

nutos, Lucas Belém foi derrubado na área adversária pelo zagueiro bissauense Alimo e o árbitro assinalou penalidade máxima. Na cobrança, Leonardo Tiba demonstrou muita calma e categoria ao deslocar o goleiro, colocando a equipe da casa em vantagem por 2 a 1. Com o placar favorável, o Foz passou a administrar a posse de bola e ditar o ritmo da partida até o apito final do primeiro tempo.

No retorno do intervalo, o Londrina adiantou suas linhas e adotou uma postura mais ofensiva em busca do resultado. Aos 15 minutos do segundo tempo, o árbitro marcou um pênalti a favor da equipe visitante, decisão que gerou intensa contestação por parte dos atletas e da comissão técnica do Foz do Iguaçu, sendo um dos pontos mais polêmicos de uma arbitragem bastante questionada ao longo do duelo. Na cobrança, o centroavante Athyrson converteu e deixou tudo igual no placar novamente.

f Abilio Henrique Bottega  
bottega\_77  
Bottega77 @futebolista2  
Abilio Henrique Bottega

Para sugestões de pautas,  
críticas e elogios entre  
em contato  
abiliobottega@hotmail.com



Foz do Iguaçu FC

Buscando renovar o fôlego da equipe e retomar a liderança no marcador, o técnico Ageu Gonçalves promoveu uma série de substituições ao longo da segunda etapa:

■ Aos 10 minutos, O nigeriano Daniel Adisa entrou na vaga de Wellington Silva Ex Londrina.

■ Aos 20 minutos, ocorreu uma dupla alteração: o nigeriano Francis Ikechukwu substituiu Felipe Augusto, enquanto Henrique Oliveira entrou no lugar de Nikollas.

■ Aos 30 minutos, saíram Kaká e Leonardo Tiba para as entradas de Pedrinho e Marquinhos.

A entrada de Pedrinho marcou um momento especial para o clube: cria das categorias de base do Azulão, o jovem atleta fez a sua estreia oficial pela equipe profissional exatamente no primeiro compromisso do Foz do Iguaçu dentro de casa nesta edição da Copa Paraná.

Pós-jogo

Autor do primeiro gol da equipe no confronto, o zagueiro Gabriel Vidal ressaltou a postura combativa do grupo e lamentou as interferências externas:

"A gente conseguiu reagir rápido depois de sofrer o gol, virou o jogo e mostrou a força que esse grupo tem. Foi uma partida complicada, in-



Lance do Pênalti Lucas Belém escapou em velocidade e foi derrubado pelo zagueiro Africano Alimo

clusive por algumas decisões da arbitragem que acabaram interferindo no andamento do jogo. Mas o mais importante é que conseguimos somar mais um ponto e continuar na briga. Agora é seguir trabalhando e pensar no próximo compromisso"

O técnico Ageu Gonçalves também analisou a atuação do time e comentou a expectativa de vitória diante dos torcedores:

"Agente queria dar uma resposta melhor para a nossa torcida e buscar a vitória dentro de casa. Conseguimos reagir, viramos o jogo, mas acabamos sofrendo o empate no segundo tempo. Agora é entender o que precisamos melhorar, porque a classificação está muito equilibrada e já temos que começar a pensar no próximo jogo."

Panorama na Tabela e Próximo Desafio

Com o ponto somado dentro de casa, o Foz do Iguaçu alcança a marca de quatro pontos e ocupa atualmente a quinta posição na tabela de classificação da Copa Paraná. O Londrina, por sua vez, soma cinco pontos e permanece na terceira colocação no campeonato, evidenciando o grande equilíbrio entre os participantes após a realização de três rodadas. O Azulão da Fronteira já volta suas atenções para o próximo compromisso na competição. O Foz enfrentará o São Joseense no próximo sábado (19), às 15h30, em partida que será disputada no Estádio Vila Olímpica, em São José dos Pinhais.



Logo em seguida Vidal empatou o jogo de cabeça em cobrança de falta de Kaká



Boni Lin

Foto: Franz Amorim - Foz F.C

Foto: Franz Amorim - Foz F.C

NOSSO PARANÁ

EM BOAS MÃOS



PSDB

DEPUTADO FEDERAL

Tulio Bandeira

4500

CNPJ DO CANDIDATO: 068.546.211/0001-68 | CNPJ Contratado: 37.189.127/0001-00

TIRAGEM: 3.000 | VALOR: R\$ 500,00

AGORA É

OFICIAL!

VEM COM O CABO CASSOL



CABO CASSOL

DEPUTADO ESTADUAL

22090

CORAGEM QUE TRAZ ESPERANÇA

CABO CASSOL

VEREADOR

PL

PARTIDO LIBERAL

PROPAGANDA ELEITORAL - COLIGAÇÃO FORTALEZA PARANÁ - PL NOVO E PODEMOS - CNPJ

CNPJ Contratado: 37.189.127/0001-00 - Valor: R\$ 500,00 - Exemplos: 3.000

CNPJ 68.518.722/0001-76

DEPUTADO ESTADUAL

DEOCLECI DUARTE

44222



FEDERAÇÃO

UNIÃO PROGRESSISTA

Cnpj do candidato: 68.266.960/0001-31 Cnpj do jornal: 37.189.127/0001-00 Valor: 500,00 Tiragem: 3000

FEDERAÇÃO

PSDB

cidãnia 23



4555

Chico BRASILEIRO

DEPUTADO FEDERAL

CNPJ: 68.546.010/0001-60 | FEDERAÇÃO PSDB CIDADANIA | CNPJ DO JORNAL: 37.189.127/0001-00 | VALOR: R\$500,00 | EXEMPLARES: 3.000